

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E DO PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E DA ORGÂNICA

Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca¹; Luiz Antonio Antunes de Oliveira¹;
Maria do Carmo Araújo Fernandes¹; Ana Paula Pegorer de Siqueira²; Eiser da Costa Felipe²

(¹Pesquisador da Pesagro-Rio; ²Consultor do Programa Rio Rural)

INTRODUÇÃO

Desde 2003, um conjunto de políticas públicas federais vem fomentando a agroecologia, os sistemas de produção orgânica, a segurança alimentar e nutricional, o acesso aos mercados institucionais pelos agricultores familiares e o consumo consciente. Em 2012, no intuito de unificar e potencializar as ações, foi publicada a PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica e, em 2013, o PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica, que envolveu na discussão ministérios e representantes de organizações da sociedade civil.

O objetivo deste trabalho foi analisar a implementação da Política Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica e do Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho, foram comparados os macrodesafios apontados pelo PLANAPO com as ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária, por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável - SDS, em conjunto com as empresas vinculadas Emater-Rio e Pesagro-Rio.

Como fonte de pesquisa, foram usados a legislação e documento do PLANAPO, além de outros documentos disponíveis no site do Ministério da Agricultura, relatórios e resumos expandidos disponíveis no portal do Programa Rio Rural - Núcleo de Pesquisa Participativa, de responsabilidade da Pesagro-Rio

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde 2007, a Superintendência de Desenvolvimento Sustentável, da Secretaria de Agricultura, em conjunto com a Emater-Rio e a Pesagro-Rio, vem implementando o Programa Rio Rural no Estado do Rio de Janeiro, o qual tem como grande desafio a melhoria da qualidade de vida no campo, conciliando o aumento da renda do produtor rural com a conservação dos recursos naturais. Para atingir esse objetivo, desenvolveu uma estratégia de ação que utiliza a Microbacia Hidrográfica como unidade de planejamento e intervenção, envolvendo diretamente as comunidades residentes nesse espaço geográfico.

Com financiamento do Banco Mundial/BIRD e contrapartida do estado, o Programa Rio Rural engloba recursos da ordem de R\$500 milhões para incentivo à adoção de práticas sustentáveis e agroecológicas, bem como técnicas produtivas mais eficientes e ambientalmente adequadas. Desse modo, contribui para a produção mais eficiente de alimentos saudáveis, de forma integrada à diminuição das ameaças à biodiversidade, para o aumento dos estoques de carbono na paisagem agrícola e para a mitigação das mudanças climáticas e para a inversão do processo de degradação dos recursos naturais no ecossistema Mata Atlântica. O referencial teórico das ações está baseado nos princípios da agroecologia.

O Programa Rio Rural vê o homem do campo como protagonista do processo de desenvolvimento e, assim, promove a participação comunitária nas políticas públicas e na gestão de recursos naturais, buscando a conscientização e a adesão do produtor às práticas sustentáveis. Também defende que o produtor seja compensado por incentivos financeiros, devido à limitação do uso dos seus recursos naturais imposta pelas políticas de conservação. São beneficiários diretos do programa 47.000 produtores, jovens e mulheres rurais e 78.000 habitantes de 366 microbacias em 72 municípios fluminenses, envolvendo desenvolvimento da cidadania, melhoria das condições de vida rural, recuperação ambiental, incremento de renda, melhoria da infraestrutura e maior inserção no mercado (RIO DE JANEIRO, 2014).

A metodologia de microbacias hidrográficas pressupõe a autogestão e a participação dos agricultores familiares e pequenos produtores e demais moradores de cada comunidade, que se reúnem em grupos de interesse, elegendo representantes para compor os Comitês Gestores de Microbacias (COGEM), ou seja, as entidades encarregadas de liderar as ações de desenvolvimento rural sustentável. Os membros do COGEM realizam o levantamento das principais demandas e potenciais da microbacia, com os atores locais, através do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). A partir desse primeiro documento, é construído o Plano Executivo da Microbacia (PEM), que contém as ações que serão realizadas. A Emater-Rio atua como facilitadora do fortalecimento da autogestão comunitária, motivando o engajamento e a participação dos beneficiários na construção de um plano de ação para o desenvolvimento sustentável da microbacia e da integração das ações planejadas com as políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à produção de alimentos saudáveis. A Emater-Rio é responsável, ainda, pela assistência técnica, capacitações de beneficiários e pela elaboração de projetos de incentivo financeiro à adoção de práticas produtivas sustentáveis e de conservação dos recursos naturais, que possibilitarão a efetiva transição agroecológica dos produtores, mulheres e jovens rurais. Os incentivos são financiados ao produtor de forma não reembolsável, mediante a elaboração de Plano Individual da Propriedade (PID), que estabelece, de forma participativa com o agricultor, as práticas a serem introduzidas na propriedade a fim de estimular a produção de alimentos saudáveis, aliada à conservação dos recursos naturais. Esse processo visa, ainda, apoiar a adequação ambiental das unidades produtivas, a superação de gargalos das cadeias produtivas e o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo no meio rural.

O Programa Rio Rural já investiu em torno de R\$ 100 milhões em melhorias da infraestrutura rural, com reconstrução de pontes, recuperação de estradas rurais e implantação de saneamento básico e já apoiou financeiramente a implantação de cerca de 8.000 projetos de adoção de práticas de adequação ambiental, agregação de valor, agroecologia, práticas ambientais e produção sustentável em 220 microbacias, abrangendo todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2014).

Nas práticas produtivas sustentáveis e ambientais incentivadas pelo Programa, não é permitida a aquisição de agrotóxicos de nenhuma espécie, quer seja para controle de pragas e doenças ou de plantas invasoras e ervas daninhas. Tampouco são incentivadas ações na produção que gerem algum tipo de degradação dos rios ou das florestas nativas ou causem algum dano ao meio ambiente. No total, existem 88 práticas sustentáveis previstas para serem incentivadas, destacando-se o incentivo à utilização de fertilizantes orgânicos, adubos verdes, proteção de nascentes, a conservação e recuperação de áreas de recarga hídrica e das matas ciliares, implantação de sistemas agroflorestais e silvopastoris. Foi realizada a implantação/universalização de saneamento básico individual e de aceiros para contenção de queimadas, a fim de enfrentar problemas frequentes nas zonas rurais. Entretanto, o uso maciço de fertilizante orgânico e adubação verde, mostra que a lógica de uso de insumos externos persiste. Essa forma de

trabalho incentiva o produtor a se adequar ao novo código florestal, já que todos terão que se cadastrar no SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural) e se comprometer com as adequações ambientais de seus imóveis. Além disso, torna disponíveis opções de manejo das lavouras diferentes daquelas preconizadas pelo comércio convencional, atuando como contraponto e alternativa ao sistema vigente.

INCENTIVO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS DE ORGÂNICOS

O Programa Rio Rural também apoia, diretamente, a agricultura orgânica, através do setor de cadeias produtivas que executa Planos de Incentivo às Cadeias Produtivas Orgânicas, visando solucionar os problemas que impedem ou dificultam os grupos de produtores orgânicos do estado a produzirem e comercializarem de forma sustentável. Os gargalos incluem as demandas externas e internas às propriedades e que se configuram como impedimentos ao desenvolvimento e crescimento da agricultura orgânica.

Atualmente, estão sendo apoiados com planos específicos para a cadeia de orgânicos os grupos do Sistema Participativo de Garantia – Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro: AAT - Associação Agroecológica de Teresópolis; Petrópolis: GP - Grupo de produtores do Brejal e APOP – Associação de Produtores Orgânicos de Petrópolis; e São José do Vale do Rio Preto: HORTA ORGÂNICA – Associação de Produtores Orgânicos do Vale do Rio Preto, todos na Região Serrana. Também estão sendo apoiados os 11 grupos de Organização de Controle Social - OCS da Região Noroeste (Fig. 1). Em Teresópolis, foram ainda realizadas reuniões com produtores da Cooperativa de Vieiras e Associação de Vargem Grande, mas as discussões não se configuraram ainda em um plano de ação. A exigência de formalização dos grupos fez com que alguns não tivessem interesse em aderir à iniciativa.

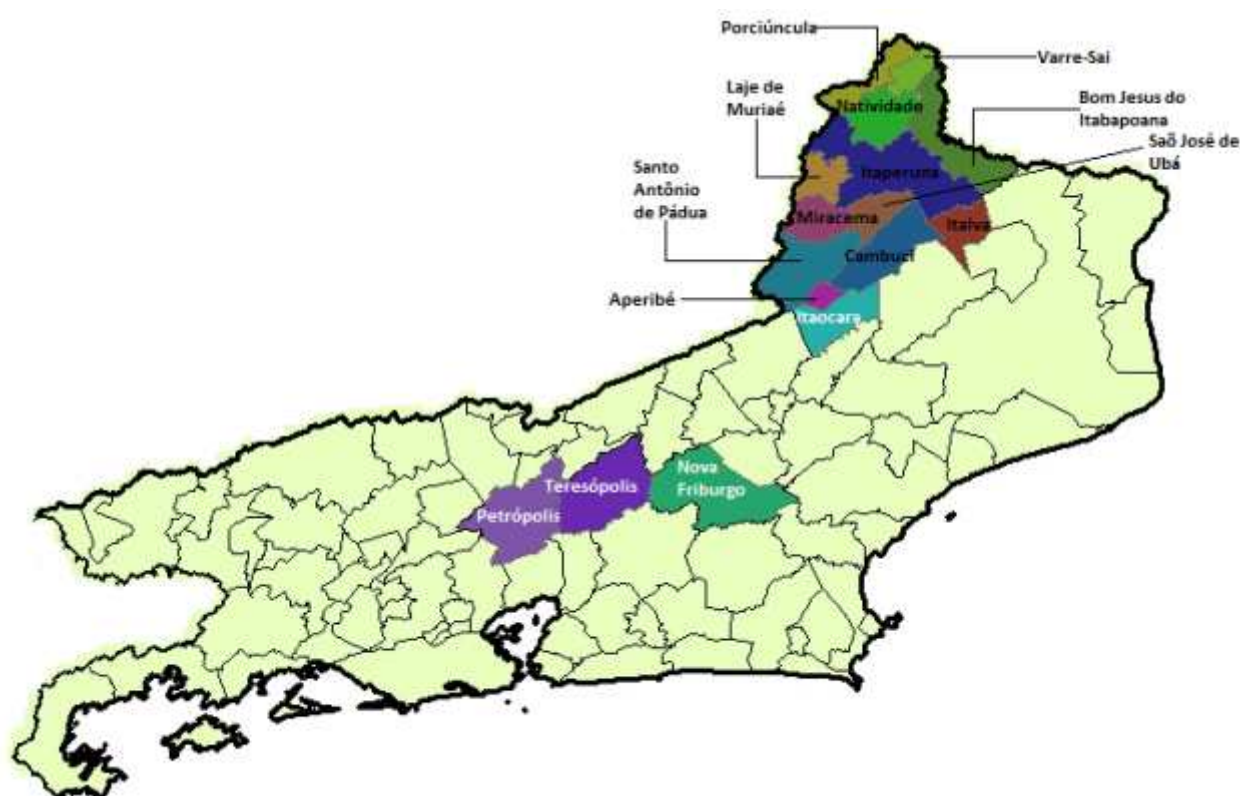


Figura 1: Distribuição geográfica de incentivo às cadeias produtivas e apoio do Programa Rio Rural.

Outro componente do Programa Rio Rural é executado pela Pesagro-Rio, as Unidades de Pesquisa Participativa, implantadas nas áreas dos produtores parceiros, e os experimentos de longa duração.

As Unidades de Pesquisa Participativa têm como objetivo ajustar tecnologias sustentáveis às condições sociais, econômicas e ambientais específicas de cada microbacia e de cada produtor, que participa de todas as etapas do processo. Projetos de pesquisa com a ferramenta tradicional também são

executados através de demandas do Plano Executivo das Microbacias ou dos atores da Rede de Pesquisa para solução de problemas voltados, principalmente, à agroecologia e à agricultura orgânica. A Pesagro-Rio também é responsável pela elaboração e organização de Manuais Técnicos que têm como objetivo divulgar, apoiar e facilitar os técnicos da Emater-Rio na elaboração de projetos de incentivo financeiro para as práticas de manejo sustentável em Microbacias.

Outra atividade do Núcleo de Pesquisa Participativa é a estruturação e a implementação da Rede de Pesquisa, Inovação, Tecnologias e Serviços Sustentáveis em Microbacias Hidrográficas - REDE Rio Rural, fórum que reúne instituições públicas de pesquisa e extensão rural, universidades, associações de produtores rurais e cooperativas. Para a coordenação das ações da rede e condução dos experimentos e eventos de difusão, o Núcleo de Pesquisa Participativa da Pesagro se estrutura em coordenações regionais. A Rede Rio Rural tem como objetivo facilitar a integração das ações de pesquisa, ensino e extensão em prol do desenvolvimento rural sustentável, levantar e solucionar demandas dos grupos de interesse, compartilhar ideias, métodos e recursos financeiros, estimular sinergias entre as Instituições, evitando superposição de ações e recursos, tendo como beneficiário prioritário o produtor rural e seu núcleo familiar, além de técnicos e consumidores.

A Rede está estruturada em três eixos (Manejo e conservação da paisagem agrícola com geração de renda; Reorientação dos sistemas produtivos com incentivo à transição agroecológica e à comercialização; Agregação de valor, mercados de qualidade específica e segurança alimentar) e dez grupos de trabalhos (manejo integrado da paisagem com geração de renda; produção animal agroecológica; sistema integrado de produção agroecológica em ambiente de montanha; formação agroecológica e novo modelo de ATER; insumos para transição agroecológica; sementes orgânicas; normas da agricultura sustentável; mecanismo de garantia orgânica; acesso aos mercados institucionais e circuitos curtos) que são constituídos de pesquisadores, extensionistas, professores, produtores e consumidores do Estado do Rio de Janeiro. Além da Pesagro-Rio, outras instituições fazem parte da Rede: Emater-Rio, Embrapa Solos, Embrapa Agrobiologia, Embrapa Alimentos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Ministério de Agricultura, Instituto Estadual do Ambiente, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa e Associação de Produtores e Cooperativas. Essa proposta de rede está baseada na forma como os pesquisadores, extensionistas, professores e produtores do estado trabalham desde a década de 90, com a Fazendinha Agroecológica do Km 47 e a Rede Agroecologia Rio.

A Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária conta, em suas empresas vinculadas, com equipe multidisciplinar de gerentes técnicos, extensionistas, pesquisadores e consultores contratados, especializados no tema da agroecologia, desenvolvimento rural sustentável e agricultura orgânica, trabalhando em parceria com outras organizações da rede para o planejamento e a execução das ações. A contratação de consultores, por vezes, visa complementar o trabalho das vinculadas devido à carência de pessoal ou de pessoal com formação em agroecologia.

Em resumo, as atividades desenvolvidas pela Pesagro-Rio no Programa Rio Rural e nos projetos de P&D que desenvolve em parceria com organizações que trabalham com agroecologia, com produção orgânica e produção de base agroecológica, seguem as diretrizes e os instrumentos previstos na PNAPO (BRASIL, 2012) e pretende atender aos macrodesafios estabelecidos pelo PLANAPO (BRASIL, 2013):

- Fomentar a ampliação do número de produtores envolvidos com a produção orgânica e de base agroecológica: participando dos grupos de SPG da ABIO na Região Serrana, fomentando a realização de dois encontros de membros do SPG ABIO da Região Serrana e entorno (Guapimirim, Magé e Cachoeiras de Macacu), envolvendo cerca de 80 pessoas em cada etapa. Em parceria com o MAPA/Superintendência Regional, foi realizada a formação em agroecologia de grupos de agricultores familiares organizados na Região Noroeste Fluminense, que possibilitou que esses grupos se cadastrassem no MAPA em maio de 2014 como produtores orgânicos usando, para garantia da qualidade orgânica, a figura da organização de controle social (OCS), mudando o cenário da avaliação da conformidade orgânica do Estado do Rio de Janeiro, que antes tinha o SPG ABIO e a ação de algumas certificadoras (IBD, ECOCERT) com produtores individuais. Realizou-se o georreferenciamento e

mapeamento dos produtores orgânicos cadastrados nos grupos Teresópolis e Friburgo do SPG ABIO³. Há previsão de atendimento aos grupos de Petrópolis (2) e de São José do Vale do Rio Preto, na Região Serrana, e de produtores membros dos grupos SPG Guapimirim, Magé e Cachoeiras de Macacu que comercializam na Região Serrana (Friburgo e Teresópolis). O georreferenciamento auxiliará os produtores quando da elaboração do CAR (Cadastro Ambiental Rural) obrigatório a partir da publicação do novo código florestal.

- Incentivar o registro, a produção e a distribuição de insumos permitidos para uso na agricultura orgânica: realizado pelo Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica da Pesagro, localizado em Seropédica, através das ações coordenadas nas regiões Norte, Noroeste, Serrana e Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, nas unidades de pesquisa participativa nos municípios de São João da Barra, Teresópolis e Seropédica.

- Fomentar a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais: foram realizados trabalhos com sementes orgânicas e tradicionais, crioulas, cultivadas pelos agricultores do estado. Também foram realizados trabalhos com sistemas agroflorestais na adequação ambiental de áreas declivosas e áreas de preservação permanente, na diversificação da ocupação no trabalho ao longo do ano, da dieta alimentar da família e da possibilidade de renda.

- Contribuir para a organização dos agricultores e para a ampliação das compras e do número de pontos de venda: foram atendidos com ações de P&D fomentadas pelo Programa Rio Rural e também com recursos FAPERJ, como: realização em 2014 do Curso Germinar de facilitadores de processos em Nova Friburgo, em parceria com o Instituto ECOSOCIAL; participação na Semana do Meio Ambiente (junho 2014) na FIOCRUZ⁴ em apoio a AAT – Associação Agroecológica de Teresópolis, montando barraca com produtos orgânicos como proposta de novo ponto de distribuição dos alimentos orgânicos; reinauguração em 2012 da Feira Orgânica de Friburgo após a catástrofe climática de 2011. Como atividade do Observatório de Agricultura Orgânica, foram realizadas a tabulação e análise dos dados dos grupos dos SPG ABIO de Nova Friburgo e Teresópolis, da Feira Orgânica de Friburgo, da Feira Agroecológica de Teresópolis e das feiras coordenadas pela ABIO no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (GUIMARAES et al., 2013). Foram treinados bolsistas e estagiários de nível médio e superior no apoio às ações de P&D (digitação, implantação de experimentos, cotações, levantamentos de dados, tabulação de dados) nos pontos de venda no interior e na capital do Estado do Rio de Janeiro.

- Incluir e incentivar a abordagem da agroecologia e de sistemas de produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino: no nível técnico, foram realizados cursos e oficinas em agroecologia. Desde 2009, a Pesagro colabora com o Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica - PPGAO (parceria UFRuralRJ e Embrapa Agrobiologia), em que pesquisadores e técnicos atuam como professores e como orientadores e co-orientadores de alunos do mestrado profissionalizante.

As aulas no PPGAO sobre regulamentação da agricultura orgânica e políticas públicas ligadas à agroecologia e segurança alimentar são dadas usando metodologia da experiência com identificação das não conformidades no local de venda, de preenchimento dos controles/registros (Plano de Manejo Orgânico) no estabelecimento rural junto com os produtores e da troca de experiência entre professores e alunos da prática no fomento ao acesso aos programas governamentais de compra de alimentos da agricultura familiar (PAA, PNAE).

- Fortalecer o papel das redes na articulação dos atores e na dinamização das ações relacionadas à produção orgânica e de base agroecológica: para auxiliar no cumprimento das propostas de desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica, a Pesagro-Rio passou a coordenar a estruturação de uma rede de técnicos e agricultores em prol do desenvolvimento rural sustentável do estado. O objetivo é integrar, racionalizar recursos e potencializar ações indutoras do

³ A ABIO está credenciada pelo MAPA como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) para operar SPG.

⁴ A FIOCRUZ tem mercado potencial de 11 mil servidores e já atua na alimentação saudável em parceria com a AAT (projeto TERRAPIA).

Desenvolvimento Rural Sustentável, com base nas práticas da agricultura orgânica e da produção de base ecológica no Estado do Rio de Janeiro.

As ações da Rede são apoiadas pelo Programa Rio Rural e também por outros projetos de P&D captados em editais próprios do governo federal (CNPq, MDA, MDS) e estadual (FAPERJ).

- Democratizar a agenda de pesquisa e sua integração com a extensão, de modo a socializar o conhecimento agroecológico para técnicos e produtores: a superação desse desafio é favorecida pelas ações estabelecidas no Programa Rio Rural e em projetos institucionais, com a parceria entre organizações de pesquisa, ensino e extensão e a articulação com os grupos organizados de agricultores e suas organizações, produtores orgânicos e em transição agroecológica. A realização dos dois encontros SPG ABIO em 2012, dos cursos de formação em agroecologia em 2013 e 2014, do Seminário de Formação dos Facilitadores SPG ABIO e o Encontro de Sementes Orgânicas no segundo semestre de 2014, contribuíram para a superação desse macrodesafio.

- Estimular a agroindustrialização e outras formas de agregação de valor aos produtos orgânicos e de base ecológica: concentrou-se na identificação das não conformidades nos pontos de venda, na rotulagem dos produtos orgânicos industrializados ou não e no atendimento às legislações ambientais, sociais e sanitárias pelos produtores orgânicos do SPG ABIO.

O desafio maior não mencionado no PLANAPO está em apoiar os produtores que se encontram em transição agroecológica, que não têm mercados diferenciados (por exemplo, agricultores familiares que entregam para PAA e PNAE e que precisam estar cadastrados no MAPA como produtores orgânicos para que seus produtos alcancem maior preço e tenham prioridade na seleção dos projetos). No Programa Rio Rural, procurou-se a valorização dos agroecossistemas conduzidos por pequenos produtores rurais que se encontram em transição agroecológica e que não têm prioridade e preço maior pelos produtos no PAA e PNAE, ao se construir ferramenta de controle e gestão do agroecossistema que possibilita a criação de uma lista positiva de produtores que podem, então, ser prioritários para acesso a políticas públicas estaduais e municipais. Não se fomentou a certificação para não gerar custos e incentivou-se a participação da sociedade organizada no controle das qualidades dos produtos consumidos.

- Ampliar o acesso de consumidores às informações e o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica: em 2013, foi publicado o calendário com a oferta de produtos orgânicos do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas durante o ano de 2011 (GUIMARAES et al., 2013), e foram editados os manuais técnicos que se encontram disponíveis na internet no portal da Pesagro-Rio. Resumos expandidos sobre as Unidades de Pesquisa Participativa são publicados no portal da Pesagro após o encerramento das mesmas ou encaminhados para publicação em anais de Congressos, ou para governanças que possam estabelecer políticas públicas. Programas de TV, de rádio e internet também são veículos utilizados para a divulgação de informações⁵. São prestados serviços que apóiam o DRS, como a análise de terras para a racionalização do uso dos insumos e análise de água para a inocuidade dos processos produtivos.

- Reconhecer e fortalecer o protagonismo dos jovens e das mulheres rurais na agroecologia e na produção orgânica: a Pesagro-Rio conduz as Unidades de Pesquisa Participativa com a participação de jovens rurais e mulheres (São João da Barra e Nova Friburgo), mas também estimula a formação em agroecologia de agricultores e o treinamento dos jovens rurais técnicos agrícolas na elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito/incentivos oferecidos pela Emater-Rio através do Programa Rio Rural aos agricultores organizados em microbacias hidrográficas, para transformação dos seus sistemas de produção para a transição agroecológica e, depois, para a agricultura orgânica. A Emater desenvolve trabalhos com mulheres nas regiões Noroeste, Baixadas Litorâneas e Metropolitana ligados à agroecologia e à agricultura periurbana e urbana, em parceria com a AARJ (Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro) e organizações estaduais (públicas e privadas) que trabalham com agroecologia.

⁵Em 2014, a TV Globo apresentou matéria no programa Globo Rural sobre o uso do adubo tipo bokashi em abril; em maio, a TV Luau (Nova Friburgo) exibiu reportagem sobre o crescimento da entrega das cestas de produtos orgânicos em domicílio e a importância da participação dos consumidores.

Paralelamente à legislação que instituiu a PNAPO (BRASIL, 2012a), no âmbito do acesso às compras governamentais, o poder federal estabeleceu, em 2012, algumas regulamentações com vistas a facilitar a implantação dos projetos da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, voltadas principalmente às construções e uso de energia, mas também houve espaço para a produção de alimentos saudáveis. O Decreto nº 7.746/2012 (BRASIL. Presidência da República, 2012a) instituiu a Política Nacional de Produção e Consumo Sustentável, criando a CISAP (Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública) para sua execução, com a participação dos Ministérios do Planejamento, do Meio Ambiente, Casa Civil, da Educação, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Ciência, Tecnologia e Inovação e Controladoria Geral da União. Esse marco legal não menciona os avanços já conseguidos com as compras governamentais de alimentos produzidos pela agricultura familiar, prioritariamente produtos orgânicos, no PAA, desde 2003 (BRASIL, 2003) e PNAE, desde 2009 (BRASIL. Presidência da República, 2009).

No Estado do Rio de Janeiro, com vistas a regulamentar a legislação federal e facilitar as aquisições e obras para os megaeventos esportivos com recursos governamentais, o governo estadual editou o Decreto nº 43.649/2012, de 5 de junho de 2012 (RIO DE JANEIRO, 2012), sobre as compras sustentáveis. Entretanto, há necessidade de alterar o artigo nº 2, com a inclusão dos critérios de sustentabilidade social e econômica; alterar os artigos 6 e 7 que tratam da governança e mecanismos de avaliação da conformidade, além de regulamentar o artigo 10 do Decreto Federal. Ou seja, criar os órgãos de governança para as compras sustentáveis, que poderiam ser a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e Secretaria de Estado do Ambiente) - uma Comissão Intersecretarial (Secretaria Estadual de Educação - SEDUC, Secretaria Estadual do Ambiente - SEA, a SEAPEC, Secretaria de Desenvolvimento do Interior, Abastecimento e Pesca - SEDRAP, Secretaria Estadual de Saúde - SES, Conselho da Alimentação Escolar - CAE, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS e Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA).

Entende-se que não passa pela certificação a metodologia para qualificar os produtores e estabelecimentos rurais em transição agroecológica e em conversão para a agricultura orgânica, não beneficiários da regulamentação federal da agricultura orgânica e do acesso às compras governamentais com 30% a mais no preço dos produtos. Defende-se a criação de cadastro positivo de produtores em transição agroecológica que são apoiados por programas governamentais estaduais. Os recursos para a aquisição desses alimentos em transição agroecológica seriam tirados do percentual que o estado coloca para complementar⁶ os recursos federais da alimentação escolar (PNAE). A forma de criar o cadastro positivo e a caracterização dos produtores em transição agroecológica está sendo trabalhada pelo Programa Rio Rural, na Rede de Pesquisa, Grupo de Trabalho de Normas, com a criação de ferramenta de gestão e avaliação do grau de sustentabilidade do agroecossistema (FONSECA et al., 2012).

Por iniciativa do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, foi aprovado, em 13 de maio de 2014, o Projeto de Lei 1.411/12 (RIO DE JANEIRO, 2014), que autoriza o Governo, na aquisição da alimentação escolar da rede pública, a destinar o percentual mínimo de 10% da receita à compra de produtos orgânicos. Deverá ser sancionado pelo governador e, depois, regulamentado. A regulamentação poderá envolver os produtores em transição agroecológica pertencentes à lista positiva do governo estadual, facilitando a identificação dessa categoria que hoje não é beneficiária de programas. Em 11 de julho de 2014, o governador vetou o projeto de lei aprovado na Câmara.

Como forma de visualizar o desenvolvimento da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro, após a implementação da regulamentação da agricultura orgânica, elaborou-se o Quadro 1, que demonstra a evolução dos dados no Rio de Janeiro desde 2012, classificados de acordo com o organismo de avaliação da conformidade credenciado no MAPA.

Os dados demonstram crescimento de 70% no número de produtores do Rio de Janeiro cadastrados como orgânicos em 19 meses. O número de organizações credenciadas no MAPA também se alterou, principalmente pela inclusão das 11 OCS na região Noroeste do estado, num trabalho da

⁶Por exemplo, para cada aluno matriculado, o governo federal dá cerca de R\$ 0,70/dia. Como é pouco, o governo estadual complementa este valor com mais R\$0,40/dia/aluno. É sobre esses quarenta centavos que se deve legislar para acesso pelos produtores que estejam no cadastro positivo.

Rede de Pesquisa, através do Grupo de Trabalho Sistema de Avaliação da Conformidade Orgânica (SPG/OCS) e Grupo de Trabalho Formação em Agroecologia, parceria Pesagro, Emater, MAPA, EMBRAPA, UFRuralRJ e SEBRAE.

Quadro 1. Evolução do número de organizações credenciadas no MAPA para a regulamentação da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro e número de produtores orgânicos cadastrados no MAPA.

Organismo de avaliação da conformidade	Dez 2012	Produtores Dez/2012	Jan 2014	Produtores Jan/2014	Jul 2014	Produtores Jul/2014
OCS	-	-	01	07	12	89
OPAC	01	186	01	184	01	247
OAC (certificadora)	03	31	04	26	04	33
Total		217		217		369

Fonte: Brasil (2012); Brasil (2014a, 2014b).

Em quase dois anos, cresceu cerca de 30% o número de certificadoras credenciadas operando no Estado do Rio de Janeiro, embora o número de produtores tenha permanecido o mesmo. A ABIO permaneceu como única OPAC - Organização Participativa de Avaliação da Conformidade Orgânica operando no estado e teve crescimento de 33% no número de membros do Sistema Participativo de Garantia. Em julho de 2014, 67% dos produtores orgânicos no Rio de Janeiro eram membros da SPG ABIO, 24% pertenciam a OCS⁷ e 9% eram inspecionados por certificadoras privadas (75%) e pública (25%)⁸. A agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro, em julho de 2014, estava presente em 32 municípios e, do total de 369 produtores do Rio de Janeiro cadastrados como orgânicos, 33 (9%) estavam no município de Teresópolis (BRASIL, 2014b).

A implantação, em 2010, pela ABIO, do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) e dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG), parcerias público-privadas, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura orgânica no estado e da oferta de produtos da agricultura orgânica. Para que esse crescimento fosse sustentável, a ABIO fortaleceu parcerias para aprimorar seus procedimentos do SPG e administrativos. Há previsão de realização de seminário de formação dos membros nos mecanismos do SPG e de encontro para formação nos critérios comércio justo e economia solidária dos gerentes das feiras orgânicas.

As oportunidades que se apresentam com o trabalho da Rede potencializam as fortalezas e minimizam as fraquezas institucionais. O trabalho iniciado por um grupo de professores, estudantes e pesquisadores, em 1984, com a Carta de Petrópolis, durante o EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, materializado em 1993 pela Embrapa, Pesagro e UFRuralRJ com a Fazendinha Agroecológica do Km 47, demonstram que devem ser aproveitadas.

CONCLUSÕES

Houve crescimento da agricultura orgânica no estado: no número de produtores orgânicos cadastrados no MAPA, nos municípios com produção na agricultura orgânica e no número de organizações de controle social credenciadas no MAPA. Esse crescimento foi possível pelas articulações entre os diferentes atores das redes existentes no Estado do Rio de Janeiro: atores ligados à produção, comercialização e consumo de produtos da agricultura orgânica, atores envolvidos na pesquisa, na extensão e no ensino da agroecologia. O Programa Rio Rural contribuiu ao investir em infraestrutura, nos processos e nas relações entre as organizações que visam ao desenvolvimento rural sustentável. Os desafios do PLANAPO estão sendo superados no Estado do Rio de Janeiro.

⁷ 91% das OCS estão na região Noroeste, de grande concentração de agricultores familiares, região dos Territórios da Cidadania, programa do governo federal e beneficiários das primeiras iniciativas do PRR recursos GEF.

⁸ Nenhuma das certificadoras privadas tem sede no Rio de Janeiro. A certificadora pública é federal, o INT (Instituto Nacional de Tecnologia).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Produção na agricultura orgânica. Brasília: MAPA, COAGRE, 2012a. Folder.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadastro de estabelecimentos rurais orgânicos. Brasília: MAPA, 2012b. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>>. Acesso em 10 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadastro de estabelecimentos rurais orgânicos. Brasília: MAPA, 2014a. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>>. Acesso em 10 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadastro de estabelecimentos rurais orgânicos. Brasília: MAPA, 2014b. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>>. Acesso em 10 jul. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: Brasil agroecológico. Brasília: MDA, 2013. 92 p.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 03 jul. 2003. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 03 jul. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880 de 09 de junho de 2004, e dá outras providências; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 30 jun. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 7.746 de 05 de junho 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília, DF, 05 jun. 2012a.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 ago. 2012b.

FONSECA, M. F. de A. C. et al. Avaliação de sustentabilidade do agroecossistema: ferramenta de gestão e acompanhamento de unidades agrícolas em áreas protegidas. Niterói: PESAGRO-RIO, 2012. 1 p.

GUIMARAES, T. et al. Oferta de produtos da agricultura orgânica no circuito carioca de feiras orgânicas no ano de 2011. Niterói: PESAGRO-RIO.

RIO DE JANEIRO. Decreto estadual n. 43.649. Dispõe sobre as compras sustentáveis do Estado. Rio de Janeiro: 2012.

RIO DE JANEIRO. PL n. 1.411 / 12, de dia, mês, ano. Dispõe que 10 % dos recursos da alimentação escolar sejam de produtos orgânicos. Rio de Janeiro: ALERJ, DOU, 2014.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Agricultura e Pecuária do estado do Rio de Janeiro Relatório dos programas relativos à implementação do PLANAPO e à lei de incentivo à produção orgânica pela Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 2014. 33 p.